



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 75ª  
(SEPTUAGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 8 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Em virtude da posse do Deputado Cláudio Abrantes, marcada para hoje, dia 08 de setembro, convido todos os Deputados para a solenidade de posse e suspendo a presente sessão ordinária.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h18min, a sessão é reaberta às 16h43min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início ao  
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Peço ao Cerimonial para nos ajudar, a fim de iniciarmos a sessão.

O Deputado Cláudio Abrantes receberá os cumprimentos no *foyer*. Solicito a ajuda de todos para que possamos iniciar as falas dos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde e bem-vindo, Deputado Cláudio Abrantes, que vai receber os cumprimentos lá fora e tem de voltar rápido. Afinal de contas, temos coisas importantes para votar hoje. O homem já chega votando.

Sra. Presidente, após denúncias na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, fui visitar, na semana passada, o Laboratório Regional de Ceilândia, um laboratório de análises clínicas importantíssimo para todo o Distrito Federal. Eram denúncias de falta de materiais básicos para atender à população. Lá fui ouvir os servidores e ver *in loco* o problema. E a situação, Sra. Presidente, reflete, no geral, a situação da saúde pública no Distrito Federal.

A insuficiência de reagentes químicos imprescindíveis para a realização de diagnósticos é total. Vários exames estão lá parados por falta de reagente químico. O laboratório entregava 70 mil exames por mês e agora, Deputado Ricardo Vale, só entrega 25 mil. Então, à medida que aumentou a demanda da população por exames, a oferta no laboratório diminuiu por falta de reagentes e de materiais básicos. As análises clínicas de hormônios – em termos técnicos, o TSH, T3, T4 –, e exames que detectam a presença de sífilis, como o PSA e o VLDF, estão parados devido à ausência de material. Vejam que questões básicas de saúde pública não podem ser realizadas em virtude dessa ausência, sem contar a dos equipamentos caríssimos que não têm manutenção há seis meses, impedindo a realização de determinados exames.

E por que tudo isso acontece, Srs. Deputados? Um velho problema que assola a administração pública do Distrito Federal: as tais das licitações. As licitações não são realizadas no prazo adequado, forçando o Estado a fazer as chamadas contratações emergenciais. A tal da contratação emergencial não permite que o material seja fornecido no prazo determinado. E todo mundo sabe – eu vou repetir aqui as palavras de um servidor – que contratações emergenciais para fornecimento de materiais da saúde acabam saindo duas ou três vezes mais caras para o Estado do que quando a licitação é feita no tempo.

Vejam que não é um problema deste governo ou do governo passado. É um problema corriqueiro na história da administração pública do Distrito Federal. Será que o Estado não tem capacidade de se planejar para fazer as licitações no devido tempo, para que nós não tenhamos que recorrer a contratações emergenciais?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Sra. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui a denúncia desta comissão, deste Parlamentar que foi *in loco* ver uma realidade que não se limita a esse laboratório.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu acho, mais do que nunca, muito importante que os Parlamentares visitem os locais, se posicionem, mas eu creio que a comissão tem um peso político de levar uma representação à promotoria da saúde do Distrito Federal. A promotoria do Ministério Público tem o dever de se manifestar diante de quadros específicos que nós estamos vivenciando no Distrito Federal.

O Partido dos Trabalhadores, na semana passada, fez uma representação ao Ministério Público sobre a questão das UPAs, em função do fechamento das de Sobradinho e de Ceilândia. O Deputado Ricardo Vale e o Deputado Chico Vigilante falaram sobre isso, e eu fiz uma intervenção nesse sentido.

Nós, como Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa, precisamos nos posicionar de maneira bastante contundente, pedindo um posicionamento público do Ministério Público, particularmente naquilo que cabe a ele também fazer. Eles têm que nos ajudar e ajudar, sobretudo, à sociedade, que paga um salário que não é pequeno. Não é pequeno! Merecido? Acredito que sim. Mas precisam se posicionar diante de situações crônicas como essa que nós estamos vivenciando.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure e acrescento o seu discurso ao meu pronunciamento.

Deixo claro que há profissionais altamente qualificados nesse laboratório que atende a região de Ceilândia, Brazlândia e ainda presta um serviço complementar ao Hospital Regional de Ceilândia nos exames laboratoriais.

No dia em questão, o da visita, muitos servidores estavam lá sem ter o que fazer em virtude da falta de material de trabalho. Vejam o prejuízo que isso custa aos cofres públicos: servidores capacitados, prontos para trabalhar, no local de trabalho, e sem a ferramenta de trabalho.

Então, levaremos, sim, essa denúncia ao Ministério Público e ficarei na fiscalização, juntamente com a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para as devidas consequências.

Muito obrigado, Sra. Presidente; muito obrigado, Srs. Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Excelentíssima Sra. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para tratar de uma coisa que muito me tem preocupado – por não dizer a população do Distrito Federal –, que eu entendo ser mais um grave erro do Poder Executivo, que é o aumento das taxas, impostos, seja lá o nome que se dê a isso.

Ao ler a exposição de motivos que acompanha o Projeto de Lei nº 623, de 2015, sob um pretenso argumento de defender a astronômica majoração de 32,5% da CIP – Contribuição de Iluminação Pública –, o Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal justifica o aumento com base unicamente nos reajustes efetuados na tarifa de energia elétrica. Em momento algum cita – acho que talvez não seja razoável para o governo citar – o pobre cidadão que, mais uma vez, teria que pagar essa conta. Esquece que o cidadão – que, aliás, é quem paga o salário de todos nós servidores públicos – já convive com uma assombrosa carga tributária, não teve o salário reajustado e, quando tem salário reajustado, na maioria dos casos, sequer chega à variação da inflação.

Então, a gente vê esse aumento da CIP em 32,5% – se é que devemos reajustá-la, acho que não devemos reajustá-la. O certo seria, a meu ver, o Poder Executivo do Distrito Federal reduzir suas despesas. Isso deve ser feito com base tão somente na variação percentual, no Distrito Federal, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor –, calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Qualquer reajuste acima do referido percentual representa agressão aos direitos e à inteligência do cidadão. Representa violação dos princípios mais mezinhos de direito e economia. Afinal, com a crise econômica em que nos encontramos, a razoabilidade recomenda redução ou, no máximo, manutenção de tributos, jamais elevação da carga tributária. Pensar de modo contrário, tal como pretende o Poder Executivo do Distrito Federal, redundará em mais uma recessão econômica e, conseqüentemente, no fechamento de mais empresas, além daquelas que já foram fechadas. Enquanto se propõe um aumento para a CIP de 32,5%, que representa mais que o triplo da inflação prevista para este ano pelos economistas do mercado financeiro – que seria apenas de 9,28% –, o Poder Executivo registrou no mês de junho, segundo divulgado no Diário Oficial do Distrito Federal de 17 de agosto, a quantia estratosférica de 20.814 cargos comissionados e funções de confiança ou gratificadas. Reduzir isso em pelo menos 50% já ajudaria e muito na redução da despesa do Governo do Distrito Federal, Deputada Telma Rufino. Ou seja, em vez de fazer o que é realmente necessário, enxugar as despesas públicas, o Poder Executivo do Distrito Federal vem optando pelo caminho mais doloroso para o cidadão, que é o aumento da carga tributária. Ninguém aguenta mais pagar imposto. Pagamos cada vez mais impostos em troca de serviços precários, deficientes e, a cada dia, vemos a corrupção aumentar mais e mais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Apenas para se ter uma ideia, segundo divulgado pelo colunista Lauro Jardim da *Revista Veja*, na França, os cargos comissionados e funções de confiança não passam de 4.800 cargos. Nos Estados Unidos, chegam a 8 mil cargos. Com a mudança que ora apresento ao art. 2º do PL nº 623, de 2015, o número total de cargos comissionados e funções de confiança, no Poder Executivo do Distrito Federal, caiu, com base nos dados de junho deste ano, para, no máximo, 6.938 cargos e funções. Isso faria com que o Poder Executivo distrital passasse finalmente a obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, visto que a regra para se ocupar um cargo público é por meio da aprovação em concurso, o que gera economicidade, moralidade e razoabilidade. O que se precisa ter é mais concursos públicos.

Por isso apresentei duas emendas ao PL nº 623, de 2015. A primeira propõe que os valores mensais para a cobrança, no exercício de 2016, da Contribuição de Iluminação Pública – CIP sejam os valores estabelecidos para 2015, reajustados pela variação percentual, no Distrito Federal, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ela visa preservar os cidadãos da pesada mão tributária que acontece aqui no Distrito Federal.

A segunda emenda propõe que o reajuste ora proposto pelo Poder Executivo entre em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos somente após a extinção de no mínimo dois terços dos cargos comissionados e funções de confiança existentes nos órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo do Distrito Federal. Ela visa tornar coerente a atual gestão do Poder Executivo do Distrito Federal. O que se propõe também é reduzir as despesas e não aumentar mais a carga tributária.

Era isso o que eu tinha para dizer nesse momento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, membros da imprensa, demais assessores desta Casa, quero aqui relatar que, na última quinta-feira, estive visitando a UPA – Unidade de Pronto Atendimento de Sobradinho II. O Deputado Ricardo Vale também esteve presente lá mais cedo, antes de mim. O Deputado Lira também esteve presente lá. Existiam rumores de que a Secretaria de Saúde... Deputado Chico Vigilante, inclusive, isso foi pauta do embate, salvo engano, na última quarta-feira, sobre a questão do fechamento ou não das UPAs no Distrito Federal. O que eu vi, quando cheguei àquele lugar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, foi uma estrutura da Unidade de Pronto Atendimento, Deputado Ricardo Vale, muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

bem feita. Os leitos todos novos, todos equipamentos em funcionamento, as pessoas falando muito bem do atendimento que é dado ali na Unidade de Pronto Atendimento de Sobradinho II, principalmente aquelas que inicialmente, muitas vezes, vão aos hospitais e ficam horas e horas esperando atendimento, mas, depois, dirigem-se às UPAs e são rapidamente atendidas. Eu ali sentei com alguns servidores e o que foi me dito é que, salvo engano, pelo cancelamento dos contratos temporários, aliás, a finalização dos contratos temporários dos médicos, os pacientes que estavam internados ali na UPA foram transferidos para o Hospital Regional de Sobradinho. Ali existiu até uma movimentação da população, que não deixou a ambulância sair da UPA de Sobradinho, familiares reclamando. Porque praticamente – Deputado Ricardo Vale, V.Exa. que é de Sobradinho sabe muito bem o que eu vou dizer – é quase sair do céu para o inferno.

A estrutura da Unidade de Pronto Atendimento... E quero parabenizar o governo anterior, que brilhantemente teve a coragem, com a ajuda do Governo Federal, de fazer as UPAs no Distrito Federal. A estrutura é fantástica, melhor do que de hospital privado. Isso eu falo não de ouvir falar, mas porque fui lá conferir e vi. Porém, nós precisamos que essas UPAs tenham profissionais, tenham médicos, porque lá há consultórios, há toda estrutura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para funcionamento. Eu acredito no seguinte: o médico que trabalha na UPA não quer sair de lá e ir para um hospital. Lá na UPA de Sobradinho – isso eu ouvi de uma médica cujo nome vou reservar –, uma médica me disse: eu não saio daqui para ir fazer atendimento em qualquer hospital regional do Distrito Federal porque aqui nós temos estrutura para atender o povo desta cidade, para atender o povo ali de Sobradinho, da região de Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Então, eu quero fazer um apelo, na realidade um pedido, um clamor ao governo, em nome do nosso Secretário de Relações Institucionais, Sr. Marcos Dantas: que nós possamos fazer uma discussão, Sr. Secretário, principalmente no remanejamento de profissionais para as UPAs. Por quê? Porque elas têm tido, sim, uma avaliação muito boa perante a comunidade, o que significa o atendimento na área de saúde. Primeiro, por causa das suas estruturas e, também, por causa da forma do serviço, como o serviço é organizado dentro das unidades de pronto atendimento.

Então, eu queria fazer um apelo ao governo, ao Secretário de Saúde: que a gente possa fazer remanejamentos de regionais que estão superlotadas, onde estão sobrando servidores. Eu quero citar a Regional do Guará, em que há muitos servidores que estão lotados na Regional do Guará – muitos médicos e enfermeiros –, e que, com certeza, se fossem convidados a atender na UPA do Guará, na UPA de Ceilândia e na UPA de São Sebastião – o Deputado Lira, Vice-Líder do nosso Bloco, veio aqui, esbravejou, cobrou uma atitude do Secretário de Saúde, para que os pediatras voltassem ao atendimento na UPA de São Sebastião. Na realidade, a UPA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

de São Sebastião é a única unidade hospitalar ali naquela região, para atender tanto Mangueiral quanto os moradores de São Sebastião.

Então, quero aqui fazer um apelo: que o governo promovesse esse remanejamento, Deputado Wasny de Roure, que fizesse como se faz na Secretaria de Educação: um concurso de remoção. E que esse concurso de remoção tenha como principal objetivo atender principalmente às UPAs, que hoje, Deputado Prof. Israel, tem uma estrutura fantástica, mas não tem profissional para atender.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. Por quê? Porque, em primeiro, lugar o Deputado ouviu, também acompanhou o noticiário, e o Deputado foi *in loco* verificar. Essa é a conduta correta de um Parlamentar.

Eu felicito o governo por manter em pleno funcionamento os profissionais, enfim. Porém eu estou preocupado, porque, na realidade – V.Exa. é testemunha –, todos nós estamos aqui nos mobilizando quanto às emendas para poder ajudar o governo na área da saúde, especificamente. Cada Deputado está tendo o direcionamento de dois terços das suas emendas para a área de saúde. Eu mesmo disse para a minha assessoria, dentro das rubricas que o governo optou e apresentou como relação de sugestão para nós, direcionar para área de equipamento médico, medicação e o Hospital da Criança.

Eu o considero, Deputado Rodrigo Delmasso, e felicito V.Exa., que, inclusive, nem é da Comissão de Educação e Saúde, e foi lá – creio que isso é uma tarefa de todos nós Deputados. Mas eu insisto, a exemplo do colega Deputado Prof. Reginaldo Veras, que falou há pouco: é fundamental que nós Deputados possamos acionar o Ministério Público, porque o Ministério Público tem um papel decisivo nesse processo de convencimento das autoridades do Distrito Federal.

Portanto, eu creio que nós precisamos envolver de maneira mais direta, de uma maneira mais objetiva, o Ministério Público, a exemplo do que fez hoje a comissão: tinha a representação do Ministério Público. Nós não podemos nos conformar com a omissão de alguns órgãos públicos. Eu sei que a tradição do Ministério Público em Brasília na área da saúde foi bastante atuante.

Eu tenho certeza de que os promotores lá existentes irão dar uma enorme colaboração, a exemplo do que a Bancada do PT fez, que foi protocolar uma representação no Ministério Público acerca dessa movimentação.

E eu digo mais: assim como nos centros de saúde há uma gratificação para os servidores que lá estão, deveria haver para que os servidores fossem atender na UPA com maior motivação, no lugar de ficar colocando hora-extra. Hora-extra é um dos grandes escândalos que existem na área da saúde. Muitos locais, se não tiverem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

hora-extra, não funcionam, e deveriam estar funcionando com a devida agilidade e rapidez as UPAs do Distrito Federal. Não são suficientes? Não são. Mas temos que ver como uma grande vitória ampliar a rede de atendimento e fazer, dessas unidades, unidades de referência como estavam planejadas algumas outras, e retomar a continuidade de construção de outras UPAs e não pensar em fechar, como foi o caso mencionado na semana anterior.

Mas parabéns, Deputado, eu fico muito orgulhoso de ter colegas Deputados assim, que não se limitam ao microfone, vão *in loco*, atestam, reconhecem e acabam tendo inclusive uma impressão diferenciada do que foi anunciada aqui.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

E para finalizar, Sra. Presidente, rapidamente a minha fala, também quero aqui dizer que eu estive nessa semana em algumas cidades do Distrito Federal, mais especificamente no Recanto das Emas, e ali, só para falar das UPAs, o grande pedido das pessoas é que se instale uma UPA no Recanto das Emas.

O que eu acho interessante, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. que representa a Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa, é que o anseio da população onde tem UPA é que a UPA tenha médico para atender, porque a estrutura é boa. E o anseio da população que não tem UPA é que tenha uma UPA, obviamente com médico para atender.

Então eu acredito, e quero fazer um pedido mais uma vez ao governo, a nós, ao Governador Rodrigo Rollemberg, e tenho certeza de que ele será sensível a atender esse pedido, que retome também a construção de novas UPAs no Distrito Federal, pois, salvo engano – eu não sei, Deputado Chico Vigilante sabe melhor do que eu –, já existem recursos destinados para o próprio Ministério da Saúde para custear essas construções das UPAs.

E o que eu acho mais interessante, Deputado Lira, eu não sei se V.Exa. sabe, mas cada UPA, cada atendimento que é feito na UPA, o Ministério da Saúde faz um repasse ao Governo do Distrito Federal para pagar aquele atendimento. Ou seja, o Governo do Distrito Federal, na minha visão, deveria colocar as UPAs como prioridade no atendimento à atenção básica aqui no Distrito Federal.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Eu só gostaria de avisar aos Parlamentares que o Colégio de Líderes foi transferido para amanhã, no mesmo horário, às 14h30min.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos assistido e acompanhado com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

muita preocupação essa questão do fechamento das UPAs, especialmente a UPA de Ceilândia, que é uma UPA especial, a maior do Brasil, tanto é que ela recebe para manutenção mensal, só para manutenção mensal, direto do Ministério da Saúde, 500 mil reais por mês.

A UPA é uma solução para a saúde do Brasil, porque tem o objetivo exatamente de tirar o paciente do hospital e colocar no local adequado com segurança, com tratamento à altura para que as pessoas não morram.

O Governo do Distrito Federal, na gestão do médico e companheiro Agnelo Queiroz, realizou no dia 7 de setembro de 2014 o maior concurso público de que se tem notícia na área da saúde. Ontem completou um ano esse concurso. Para V.Exa. ter ideia da magnitude daquele concurso, só de médicos foram 6 mil, do Brasil inteiro, que se deslocaram a Brasília querendo trabalhar aqui. Seis mil médicos participaram daquele concurso, além de outras áreas como biologia, enfermagem, técnicos e radiologistas. Várias áreas participaram desse concurso. O governo alega que não há servidores para tocar as UPAs. Falta o quê? Contratação das pessoas que estão concursadas, estão aptas a trabalhar, só falta contratar, mas o governo está optando por outro caminho, e nós já sabemos qual é o caminho. A solução que o governo está buscando é a pior possível, porque em vez de chamar os concursados, que são muitos e estão aptos a trabalhar, ele quer entregar a saúde do Distrito Federal para organizações sociais.

Existem boatos de que o hospital de Ceilândia e a UPA de Ceilândia serão entregues para uma organização social de Goiânia. Esse problema está colocado, e muita gente não o assume. O governo deveria ser claro e dizer: o meu objetivo é efetivamente entregar a saúde para as organizações sociais, o que será um desastre, Deputada Luzia de Paula. No caso das organizações sociais, contrata-se o Hospital de Ceilândia para um atendimento com duzentos leitos. As pessoas que conseguirem entrar no hospital estarão no céu, mas só aquelas duzentas. O restante vai encher ainda mais os hospitais públicos sucateados do Distrito Federal.

Essa questão está colocada e precisamos debatê-la com seriedade. Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou, através da minha Liderança, um requerimento de convocação do Secretário de Saúde do Distrito Federal para vir a esta Casa explicar isso. Espero que todos os Deputados concordem, porque com a convocação, Deputado Prof. Reginaldo Veras, ele não poderá mentir. Essa é a diferença entre a convocação e o convite. Por isso, em vez de convidar, nós estamos convocando. Espero contar com o apoio das senhoras e dos senhores.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, primeiramente parabeno V.Exa. pelo seu aniversário e deixo escrito no Anais da Casa esses parabéns.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu gostaria de dizer a V.Exa. que nós podemos unir o útil ao agradável. Protocolamos um pedido de realização de comissão geral, salvo engano para a próxima quinta-feira, para justamente tratar da questão do fechamento das UPAs. Esta Casa já deu anteriormente sinais relacionados a isso.

Nós podemos, Deputado Chico Vigilante, nessa comissão geral, pedir que o Secretário venha e fale a verdade – não só o Secretário, mas também o Ministério Público. Que ele possa esclarecer a comunidade, a população e esta Casa, que tem o dever de fiscalizar o Poder Executivo, sobre quais ações vai adotar para não fechar. Na realidade, o que estamos defendendo não é só o não fechamento, mas a ampliação. Eu estava falando para a Deputada Luzia de Paula que temos que lutar para que se termine a construção da segunda UPA em Ceilândia. Mais uma vez, repito, foi uma decisão acertada a política de implantação das UPAs iniciadas no governo passado. Isso deve ter continuidade neste governo.

Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O mais importante é que, no Governo Agnelo, nós planejamos a construção de doze UPAs. Seis ficaram prontas, o restante está projetado e licitado, falta só iniciar as obras. Está licitado, Deputado Wasny de Roure, falta só iniciar as obras. A do Sol Nascente, que fica no Setor de Indústrias, na entrada do Sol Nascente, vai atender 150 mil pessoas e desafogar o hospital, porque o paciente que vier de Águas Lindas já vai direto para a UPA.

Eu conversava com o ex-Secretário de Saúde Rafael Barbosa sobre a ideia de colocar uma placa na BR-070 com os dizeres: “Você, paciente de Águas Lindas, em vez de ir para o hospital, vá para a UPA”. Isso desafogaria o hospital de Ceilândia. Está lá parada, e o governo não mexe um dedo para fazer com que a obra retome. É o mesmo governo que, durante a campanha, prometeu que iria fazer 360 creches, mas até agora só teve a capacidade de entregar as que foram construídas no Governo Agnelo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero resgatar o exemplo citado há pouco pelo Deputado Cláudio Abrantes e pela nossa Presidente, Deputada Celina Leão, quando configuraram aquela foto do Aylan Kurdi, a criança síria encontrada morta na praia. Há outro cenário semelhante a esse em cada uma das visitas aos nossos hospitais e à rede pública de saúde do Distrito Federal. Quero cumprimentar V.Exa. pela firmeza e pela determinação.

O Deputado Lira, outro dia, deu um exemplo a todos nós da importância que dá para a cidade de São Sebastião. Em um momento crucial, quando a cidade corria o risco de ter a UPA fechada, o Deputado foi firme na sua posição, foi absolutamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

contundente no compromisso que tem não apenas com os que votaram nele, mas com a cidade como um todo, que espera que da sua boca saia a manifestação em defesa daqueles que necessitam de atendimento público, a exemplo de V.Exa. ao tratar da UPA de Ceilândia e de Sobradinho.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, mais uma vez, V.Exa. aborda um tema muito importante a respeito da UPA. Eu estava ouvindo do meu gabinete quando V.Exa. falou da convocação do Secretário de Saúde. Na verdade, o Bloco Amor por Brasília protocolizou, na última quinta-feira, um pedido de transformação da sessão ordinária em comissão geral na próxima quinta. Já falamos com o Secretário de Saúde, Fábio Gondim, que se colocou à disposição de vir a esta Casa esclarecer tudo sobre a questão da UPA e da saúde.

Então, meu pedido vem no sentido de que possamos realizar, na próxima quinta-feira, essa comissão geral, na qual se esclareça se realmente a UPA vai fechar ou não, e quais caminhos serão tomados para que Brasília não sofra com uma situação tão terrível como esta, que está sendo dita pelos jornais. Os nobres Deputados estiveram presentes nas UPAs de Sobradinho e de Ceilândia.

Já conversamos com o Secretário, que se colocou à disposição – não há nenhum tipo de resistência – e se comprometeu conosco. Nosso pedido foi para que, na próxima quinta-feira, estivesse presente para esclarecer todas as dúvidas em relação às UPAs.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Julio Cesar, vamos examinar o pedido de V.Exa., mas estou mantendo a convocação porque o Secretário precisa vir convocado.

Nossa preocupação com a saúde do Distrito Federal é a maior, e creio que também é a preocupação desta Casa. Deputado Joe Valle, saúde é vida. O melhor caminho para morrer rápido é ter um atendimento péssimo na saúde. É por isso que temos preocupação com a saúde pública do Brasil, mas especialmente do Distrito Federal, que já teve uma boa saúde. Já teve uma saúde de qualidade, mas infelizmente, a cada dia que passa está piorando mais, a cada dia que passa vem mais desânimo, e não podemos efetivamente continuar com essa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Vamos continuar na luta em defesa da saúde e em defesa da população do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize o acesso dos policiais civis à galeria. Parece que eles estão tendo dificuldades na entrada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu já autorizei, Deputado Wasny de Roure. A única coisa que pedi foi para eles não entrarem com as armas, pois o Regimento Interno proíbe a entrada na Casa de pessoas armadas. Então, a Copol os está encaminhando à sala da segurança para eles deixarem as armas, pois não posso descumprir o Regimento. Mas a entrada deles já foi autorizada, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, hoje está fazendo aniversário o nosso colega Deputado Chico Vigilante. Alguém já falou isso hoje?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu já falei.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Já falou?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Inclusive, eu disse que ele faz aniversário dobrado. A cada ano S.Exa. faz dois anos de uma vez só. Eu brinquei com S.Exa. porque ele disse que nasceu no dia 7, mas foi registrado no dia 8. Isso é uma dupla independência.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Obrigada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Liliane Roriz.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, cavalheiros, senhoras, senhoritas, eu venho a esta tribuna para tratar de um tema muito importante. Há uma década, o Governo do Distrito Federal tem pagado as inscrições dos estudantes do ensino médio da rede pública no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Programa de Avaliação Seriada da UnB, o PAS. Agora nós somos surpreendidos com a decisão de não mais efetuar esse pagamento.

Eu quero chamar a atenção do governo para o fato de que os professores da rede pública têm feito um trabalho de incentivo a esses estudantes para que eles aceitem esse desafio do vestibular seriado. O PAS foi um programa criado de forma brilhante pelo Senador Cristovam Buarque quando era reitor da Universidade de Brasília e está amparado no que há de mais moderno nos sistemas de avaliação que existem hoje em dia no mundo todo.

Nós tínhamos, historicamente, um problema na rede pública porque a rede pública vive uma profunda ausência da família. A comunidade pouco participa da escola pública, e o estudante de 1º ano não tem incentivo para participar e ele não entende a importância disso. Então, há cerca de dez anos, os professores da rede pública têm feito uma campanha heroica para incentivar os seus estudantes a enfrentar esse desafio que é o PAS, no 1º e no 2º ano, e tem dado certo.

Agora essa medida do governo pode colocar essa ação dos professores a perder, pode colocar em risco esse envolvimento que os alunos estão tendo com esse desafio. A gente sabe que o PAS é um incentivo para que os estudantes estudem mais. O PAS dá um foco, dá um objetivo para o estudante já desde o 1º ano, de modo que ele se torna um estudante mais responsável.

A realidade dos estudantes de rede pública é uma realidade grave. A primeira parte dessa realidade é que os pais não participam, em geral, da vida estudantil, da vida escolar dos seus filhos. Então, nós sabemos que muitas famílias de origem simples não entendem a importância da entrada do filho numa universidade, simplesmente porque nenhuma geração da família teve acesso à universidade. Essa é a primeira realidade. Então, o trabalho de incentivar o estudante fica a cargo do professor, Deputado Joe Valle.

A segunda realidade é que o estudante da rede pública, Sra. Presidente, muitas vezes não tem dinheiro nem para pagar uma xérox. Alguns professores tiram o dinheiro do próprio bolso para que os estudantes participem de atividades extracurriculares. Isso é muito comum. O nosso amigo e Deputado Prof. Reginaldo Veras, quando dava aula na rede, chegava a recolher ele próprio os documentos para que os estudantes se inscrevessem no PAS. Essa é a realidade.

Eu sei que nós vivemos uma crise. Essa crise é brasileira e afeta dezessete estados do País, mas esse recurso não pode ser encarado como um gasto, ele tem que ser encarado como um investimento. Se o Governo do Distrito Federal mantiver a decisão de suspender esse pagamento, é importante que ele saiba que estará agindo contra um trabalho muito especial dos professores que têm levado os alunos a esse desafio e que tem tido muito sucesso. Nós não podemos considerar esse gasto como um custo, mas como um investimento importante para a educação.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, na realidade, eu imaginei apartear-lo, mas como não será possível, serei rápido. O governo não pode retroceder um centímetro em qualquer assunto que tenha a ver com a educação. Nós falamos, trabalhamos e protocolamos nesta Casa, para que, na Lei Orgânica do Distrito Federal, seja proibido qualquer contingenciamento em orçamento dedicado à educação.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. por esse pronunciamento e dizer ao Prof. Reginaldo Veras, que também trabalha na educação, ao Deputado Wasny de Roure, que trabalha muito nessa área, e a V.Exa. – temos dois Deputados professores aqui, V.Exa. e o Prof. Reginaldo Veras – que nós precisamos estar juntos e criar uma frente para defender a educação no Governo do Distrito Federal. Mesmo entendendo todos os problemas por que o governo passa nessa área, é impossível retroceder um milímetro sequer em qualquer assunto, em qualquer matéria relacionada a recurso para a educação.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Muito obrigado, Deputado Joe Valle.

Eu solicito à Presidente, Deputada Liliane Roriz, que conceda um aparte ao Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Prof. Israel, eu não posso conceder aparte, pois estamos nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Então, eu faço esse apelo ao governo para que reconsidere essa decisão e ouça os professores, pois tem sido para eles um desafio motivar crianças e adolescente que vêm de famílias que não entendem a importância de entrarem em uma universidade, que não entendem essa importância e que, portanto, não oferecem as condições aos seus filhos de fazerem a prova por falta de condições ou de entendimento.

Eu encerro o meu pronunciamento. O Deputado Prof. Reginaldo Veras tem alguns questionamentos a fazer também nesse mesmo sentido. É por isso que é bom termos aqui dois Deputados professores, porque podemos nos juntar e passar aos nossos colegas uma visão interna, uma visão nossa dos problemas que a Secretaria de Educação passa, que as escolas brasilienses passam.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu vou falar de dois assuntos. Quero aproveitar aqui para falar do primeiro assunto: a greve da Polícia Civil no âmbito do Distrito Federal.

Nós temos aqui uma representação dos policiais que acabaram de sair de uma assembleia e vieram a esta Casa. A Câmara Legislativa nunca se furtou em estar ao lado dos trabalhadores que buscam resposta aos seus anseios.

Eu quero informar aos policiais que a Câmara Legislativa está encaminhando um ofício, assinado por praticamente todos os Deputados que vieram ao plenário da Casa, ao Governador, pedindo a abertura das negociações diante da pauta apresentada pelos trabalhadores através da direção do Sinpol, o sindicato que aglutina todos os trabalhadores da Polícia Civil.

No dia de amanhã, já está acertado com a Presidenta um horário para que os senhores integrantes da direção do Sinpol falem aos Líderes desta Casa e também à Presidenta, para então darmos desdobramentos a essa luta que mobiliza todos os Deputados, sobretudo, claro, alguns colegas Parlamentares oriundos da Polícia Civil, entre eles, o que acaba de tomar posse, o Deputado Cláudio Abrantes. Nós estaremos ajudando, fazendo o pedido de audiência pública no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A pauta fundamental, Sra. Presidenta, trata do nivelamento da conquista da Polícia Federal, de ser constituído um parâmetro básico para a reestruturação da carreira do Distrito Federal. É bem verdade que, na conversa com o Secretário Marcos Dantas, hoje no início da tarde, sobre a audiência que teve com a diretoria do Sinpol, S.Exa. comentava comigo que o governo pretende recebê-los para aprofundar esse debate tão logo o Governo Federal anuncie os termos das negociações da Polícia Federal.

Ora, naturalmente, a Polícia Civil do Distrito Federal é uma polícia altamente qualificada. Eu digo isso porque, Deputado Juarezão, domingo, eu estava em minha igreja após o culto, e um amigo que não é muito de me abordar para falar de política me pegou pelo braço e falou: "Wasny, eu preciso ter uma palavra contigo. Não é possível nós sermos omissos quanto à greve da Polícia Civil. Você tem que ajudar, entrar nesse processo para construir um caminho para essa negociação poder evoluir". Eu tenho certeza de que ela vai acontecer, até porque nós temos um grupo de Parlamentares desta Casa, inclusive a Presidenta e a Mesa Diretora, que têm a absoluta compreensão como um todo, a noção e a percepção da qualidade da polícia no Distrito Federal.

Portanto, estamos fazendo alguns esforços no sentido de ajudar e levar a essa mesa de negociação. Nós queremos que o próprio Governador Rollemberg não se esquive. Eu sei que hoje o Governador foi abordado tentando se esquivar. S.Exa. tem que adentrar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Nós sabemos que há um problema sério no Fundo Constitucional, e o momento de se pensar a distribuição dos recursos é agora, porque, na proposta que a Secretaria de Estado da Fazenda envia para a montagem da proposta do projeto de Orçamento da União, onde está o Fundo Constitucional, já vêm as distribuições dos recursos para as rubricas destinadas no Fundo Constitucional. Portanto, a posição do governo agora é fundamental para que haja provisão e previsão orçamentária para o próximo ano, além daquilo que há nas implicações de eventuais negociações ainda para este ano, mas, para o ano que vem, com certeza, é fundamental. Nós temos esse prazo de envio do projeto de Orçamento da União exatamente neste momento.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, eu vou interromper a fala de V.Exa. por um minuto, porque eu estava lá fora. Eu queria fazer uma questão de ordem, porque as decisões, principalmente quando há questão do Regimento, eu não posso tomar sozinha, eu preciso da anuência do Colégio de Líderes. Há quase 2 mil policiais civis lá fora, e todos eles estão armados. A Coordenadoria de Polícia Legislativa – COPOL não tem condições de acomodar essas armas. Eu recebi o presidente do sindicato, e ele disse que eles gostariam de entrar para assistir ao restante da sessão.

Eu pergunto ao Colégio de Líderes – só podemos realmente permitir uma excepcionalidade com a anuência do Colégio de Líderes – se os Líderes acatam a entrada dos policiais no plenário, quebrando excepcionalmente o Regimento, mas com a responsabilidade do presidente do sindicato e de todos que estão aqui. Então eu queria fazer essa questão de ordem para ver qual a posição dos Parlamentares.

Deputado Prof. Israel, há acordo?

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em 1990, eu fui eleito Deputado Federal. Eu não tinha tomado posse ainda quando houve a primeira greve dos policiais civis do Distrito Federal. A verdade é que eles não sabiam fazer greve. Tanto é que eles tinham o Fernandão, que saiu com um caixão enterrando o governador da época. E aí eles falaram: “E aí, Chico, qual são as palavras de ordem aqui?”. Eu falei: “Grita aí que polícia unida jamais será vencida”. Quando chegaram perto do Palácio, a Polícia Militar, num ato desastrado, resolveu enfrentar os policiais civis. Um capitão que estava montado num cavalo tentou cortar a orelha de um policial civil. Ia ser uma carnificina, porque o policial se ajoelhou, puxou a pistola e ia atirar na cabeça do capitão. E eu estava no meio. Fui eu que salvei a vida do policial militar. Os civis se recolheram,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

naturalmente queriam continuar. Aí houve um tiroteio em que morreram um cavalo e três cachorros. Felizmente os policiais civis não tiveram nada. Mas eu sei o quanto eles são pacíficos e ordeiros.

Portanto, quanto à questão de o Regimento não permitir, eu vou concordar com V.Exa. de alterarmos o Regimento tão somente neste caso, sabendo da responsabilidade deles, que eles vieram aqui buscar a solidariedade e que não vai acontecer absolutamente nada com relação a presença deles aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Consulto o Deputado Rodrigo Delmasso, pelo Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, quero manifestar que sou favorável, sim, à permanência dos policiais civis aqui. Por dois motivos: primeiro, porque eles são responsáveis e estão lá justamente para agir em cima da legalidade; e são pais de família que vieram aqui, na realidade, buscar a solidariedade desta Casa. Sou favorável também à proposta do Deputado Chico Vigilante, que V.Exa. também colocou, de alterarmos o Regimento para que cada um que faça parte das forças militares do Distrito Federal possa ter acesso a esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deixa só eu explicar, Deputado. É importante explicarmos que nós não estamos alterando o Regimento. Excepcionalmente, nós estamos permitindo a entrada dos policiais armados, porque nós não temos condição de fazer a guarda de quase 2 mil armas. Então, nós não estamos mudando o Regimento. O Regimento continua proibindo a entrada com armas na Câmara Legislativa. É só excepcionalmente.

Consulto a Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Eu também não vejo problema nenhum. Acho que todos que estão aqui são responsáveis. Por mim, tudo bem. Pelo nosso bloco, não tenho nada contra.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, somente para complementar a fala do Deputado Chico Vigilante e lembrar que, naquele fatídico episódio histórico do tiroteio aqui na Praça do Buriti, meu irmão é policial militar e estava presente. Todos erraram. Houve uma falha contínua. É passado, mas só para esclarecer que não houve um culpado a ou b.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu só queria dizer que eu, como filha de Joaquim Roriz, que sempre foi um homem responsável pela Polícia Civil, quero continuar dando esse mesmo tratamento que meu pai deu a vocês.

Portanto, contem comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Liliane Roriz.

Então, houve acordo. Eu só peço ao presidente do sindicato e às lideranças que organizem, porque, aí em cima, cabem trezentas pessoas. Quem quiser adentrar o *foyer* do plenário e aguardar aqui embaixo, que se acomode aqui em baixo no *foyer*, porque não cabem todos aqui. Devem caber trezentas a trezentas e cinquenta lideranças aqui em cima.

Então, solicito à Copol que permita a entrada dos policiais civis na galeria do plenário da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Mais uma vez, Deputada, eu queria que V.Exa. confirmasse o encontro dos Líderes e a oitiva que terá com a direção do sindicato no tratamento da pauta de reivindicação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu queria avisar ao pessoal que está na galeria que o Deputado Wasny de Roure hoje me procurou aqui no plenário da Câmara Legislativa e solicitou uma audiência dos Líderes e do Sindicato da Polícia Civil com o Colégio de Líderes da Câmara Legislativa. Será amanhã, quarta-feira, às 14h30min, na Presidência da Câmara Legislativa.

Então, está autorizado o pedido do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu queria também agradecer, Sra. Presidente, a intervenção da sua assessoria, na pessoa do Sandro, que ajudou a construir essa audiência.

Eu queria também informar a todos que os Deputados assinaram por inteiro o ofício solicitando abertura das negociações. A correspondência é dirigida ao Governador do Distrito Federal. A exemplo do que a Deputada Liliane Roriz falou, hoje nós temos outro Governador, e a pauta de reivindicação da Polícia Civil é a mesma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Sra. Presidenta, eu ainda queria abordar um assunto que é muito caro a mim, em função da fala do Deputado Prof. Israel, e o Deputado Reginaldo está acompanhando esta matéria: a suspensão das inscrições dos alunos que não têm condições de pagar, Deputado Juarezão, nos exames do Enem. Eu gostaria de fazer um apelo ao Secretário de Educação para que reveja essa decisão.

Quero trazer uma informação a todos os colegas, Deputada Celina Leão, uma informação que considero extremamente grave. Eu e meu assessor, que é da Casa, compõe a estrutura de servidores desta Casa e é um excelente, um exímio técnico na área orçamentária, fizemos o exame orçamentário e da execução do salário-educação de 2004 a 2015, Deputada Luzia de Paula, que é professora. Até 2015, o montante previsto era da ordem de 2 bilhões, 777 milhões de reais. No entanto, o Governo do Distrito Federal, nesse período, não conseguiu realizar por completo esse montante, ou seja, verifica-se isso também em outra área, já trouxe aqui a questão da perda de recurso do Fundo Constitucional por ter sido empenhado, mas não executado. Estou agora demonstrando que o mesmo fenômeno ocorre dentro da Secretaria de Educação. É rotineiro ouvirmos o velho discurso: "Falta recurso, falta recurso". Se nós examinarmos a dotação orçamentária de 2004 a 2015, da ordem de 2 bilhões, 777 milhões de reais, veremos que, nesse período, o governo conseguiu empenhar, Deputada Telma Rufino, 2 bilhões, 240 milhões de reais. Desse montante, só foi liquidado, ou seja, só foi executado – é bem verdade que essa rubrica pode sofrer alguns valores para cima porque estou trabalhando com o ano de 2015, que ainda não está concluído – 184 milhões de reais, quando, para o ano todo, foram disponibilizados 295 milhões de reais. Portanto, o que foi liquidado nesse período de 2004 a 2015 foi da ordem de apenas 1 bilhão, 954 milhões de reais. Nós estamos tendo uma perda na casa de 800 milhões de reais no salário-educação nesse ciclo de 2004 a 2015, ou seja, nesses onze anos. Consequentemente fica demonstrado um problema de condições de gestão. É claro que não é deste governo, é de uma série de governos que não tiveram condição de executar na plenitude o montante global que foi disponibilizado pela União para o Governo do Distrito Federal na rubrica salário-educação. Isso sim é escândalo, isso sim é uma demonstração de falta de gestão, isso sim é uma demonstração de incapacidade de enfrentamento dos problemas da gestão. Há algo errado nesta República, há algo errado no Distrito Federal, e nós precisamos entender o motivo desse erro.

Portanto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mais uma tarefa para V.Exa. como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura: ajudar a decifrar por que o Distrito Federal tem perdido recursos e recursos substanciais do salário-educação em nossa cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da galeria e demais assessores aqui presentes, eu quero prestar minha solidariedade aos policiais civis. Podem ter certeza de que, da minha parte, no que depender de mim, estou aqui para ajudar vocês. (Palmas.)

Um dos motivos pelos quais estou aqui hoje é para dizer que, desde a última vez que fiz uso da tribuna para falar da UPA de São Sebastião, ou seja, da pediatria da UPA de São Sebastião, até hoje, não foi atendido o meu pleito. A UPA de São Sebastião continua sem pediatra e, ainda por cima, com risco também de ser fechada, assim como a UPA de Sobradinho. Eu estive na UPA de Sobradinho, verificando a situação dos funcionários, dos servidores e também dos médicos. Onde deveria haver cinco médicos, só havia um médico de plantão; sobre os demais servidores da enfermagem, onde deveria haver oito, só havia três naquele momento.

Então, é uma preocupação muito grande. No dia seguinte, tivemos a informação de que realmente todos os funcionários, todos os médicos que estavam na UPA de Sobradinho foram remanejados; ou seja, fecharam a UPA de Sobradinho. Isso é muito triste porque não é esse cenário que eu, também como usuário da UPA e usuário da rede pública de saúde do Distrito Federal, espero encontrar, muito menos o cidadão de bem, aquela pessoa que precisa dos hospitais e que passa até doze horas sem atendimento, isso quando é atendido em doze horas. A situação é muito grave. A saúde, a meu ver, é um buraco sem fundo. Por mais dinheiro que se coloque, nunca é suficiente. Eu quero saber o que realmente tem sido feito com o dinheiro que vai para a saúde. É uma coisa muito, muito complicada, porque, toda hora, a população reclama que não há médicos, que não há remédios, que não há enfermeiros, que não há isso, que não há aquilo. Portanto, é uma situação grave, e nós, Parlamentares, somos, na verdade, a esperança dessa população do Distrito Federal, que espera de nós atitudes positivas para colocarmos a saúde nos eixos, pelo menos aqui no Distrito Federal.

Então, é uma situação muito grave. Mais uma vez, faço um apelo ao Secretário de Saúde e também ao próprio Governador Rodrigo Rollemberg para que retornem com os pediatras da UPA de São Sebastião. A população tem se manifestado nesse sentido.

Eu estive com o Secretário de Saúde na semana passada. Ele me garantiu que os pediatras iriam retornar e, até hoje, não retornaram. Já estive também falando com o próprio Secretário de Relações Institucionais e Sociais, Sr. Marcos Dantas, e pedi clemência com relação a esses pediatras, mas também não fui atendido. Não estão atendendo a este Parlamentar aqui, mas não estão atendendo, na verdade, é a população de São Sebastião.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Quero deixar bem claro que nem eu nem a comunidade de São Sebastião vamos ficar satisfeitos com esse tipo de coisa. Por isso peço, mais uma vez, respeito à nossa comunidade e também aos nossos moradores lá de São Sebastião, porque não suportamos mais tanto sofrimento. Remanejaram todo o atendimento para o posto de saúde, quando, na verdade, ele não é suficiente. Ou seja, transferiu-se o problema para outro local, com o agravante de que o posto de saúde só funciona até às 18h. Se chegar um paciente lá por volta de 21h, não será atendido. Pergunto: há horário para que a doença aconteça? Acredito que não. Na UPA havia atendimento 24 horas. Uma vez que foi fechada a pediatria na UPA de São Sebastião, a população, depois das 18h, tem que recorrer ao Hospital do Paranoá ou a qualquer outro local. Isso é um desgaste para aquela comunidade, para aquele pai de família que está com uma criança nos braços, doente, precisando de um atendimento rápido. É um absurdo e nós não podemos aceitar.

Então, que o Governador Rodrigo Rollemberg, juntamente com o Secretário de Saúde, possa se sensibilizar com a saúde de São Sebastião e, claro, do DF como um todo. Esse é o meu apelo, é o meu pedido neste momento aqui na tribuna.

Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria pedir a V. Exa. para incluir na pauta de hoje o Requerimento nº 670, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, e o Requerimento nº 928, de 2015, de autoria do Bloco Amor por Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Passe os requerimentos para cá, Deputado, para a gente dar uma olhada.

Eu queria, agora, com a galeria completa, cumprimentar os policiais civis que estão aqui nesta tarde, legitimamente reivindicando o direito deles. (Palmas.).

Eu queria, também, trazer uma informação para vocês: o Deputado Wasny de Roure procurou esta Presidência hoje e pediu uma reunião amanhã no Colégio de Líderes – a nossa reunião do Colégio de Líderes foi transferida de hoje para amanhã por conta da posse do Deputado Cláudio Abrantes. Então, nós vamos receber a diretoria do sindicato da Polícia Civil amanhã, às 14h30, no Colégio de Líderes para bater um papo com vocês e ouvir suas reivindicações, a pedido do Deputado Wasny de Roure.

Passo essa informação também para todo o Plenário. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mais uma vez, boa tarde! Boa tarde a todos os policiais civis presentes, especialmente a vários aqui que foram alunos meus ao longo da vida – estou vendo alguns presentes aqui. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

Sra. Presidente, a relevância do tema perdoa a repetição. Mais uma vez venho aqui complementar o discurso dos nobres Deputados Prof. Israel e Wasny de Roure para falar do Programa de Avaliação Seriada, assunto em que me considero especialista, pois o acompanho desde a implantação, há vinte anos.

Quando eu passei no vestibular da UnB em 1990, pobre que era, de uma família extremamente pobre, fui trabalhar de chapa na Ceasa. A Deputada Luzia de Paula conhece a trajetória de minha família lá do Setor P Norte. Fui trabalhar de chapa para poder juntar dinheiro e fazer a inscrição do vestibular da UnB. Graças a Deus – Deus abençoou –, fui bem-sucedido e talvez isso tenha permitido que hoje eu esteja aqui nesta Casa.

No entanto, milhares de alunos das escolas públicas do DF não têm condições financeiras de custear a inscrição do Programa de Avaliação Seriada, programa que é revolucionário porque, por etapas, faz com que o aluno faça as provas e não seja submetido àquela tensão única do vestibular. O PAS é um sucesso, programa implementado pelo ex-Governador Cristovam Buarque, quando ainda era reitor da Universidade de Brasília, como disse aqui o Deputado Prof. Israel. E, agora, infelizmente, o governo nos vem com a surpresa de que não custeará as inscrições. Fizemos um cálculo básico e acreditamos que 90% dos alunos que estudam nas escolas públicas deixarão de fazer o Programa de Avaliação Seriada se o governo não custear essa inscrição. E, quando não a custeia, a gente está cerceando o direito pleno desse aluno de concorrer a uma vaga na universidade pública, tornando-a mais elitista do que ela já é hoje. Ou seja, é um crime contra o estudante da escola pública a suspensão desse pagamento. Eu fui atrás de saber as justificativas para tal medida. A primeira delas é esta: não há previsão orçamentária para o pagamento. Então, faço alguns questionamentos. Questionamento número 1: por que não há essa previsão orçamentária? Se não há, faltou competência de alguém. Eu não estava ainda aqui. Quem encaminha o Orçamento é o Poder Executivo. O Governador Rodrigo Rollemberg, a quem eu desejo bem, de quem eu sou parceiro, já estava eleito quando o Orçamento foi encaminhado para esta Casa. Deveria ter sido feita essa previsão. Quem é o culpado de isso não constar do Orçamento? E ainda pergunto: o estudante é que vai ser prejudicado? Mais uma vez?

A segunda justificativa é que não há convênio com a UnB, ficando o governo legalmente proibido de cobrir os custos com a inscrição. Então eu me questiono: e nos anos anteriores, havia convênio? Se havia nos anos anteriores, por que não há nesse? Quem é o culpado por isso? Se não havia convênio e foi pago, cadê o Tribunal de Contas que não questionou esse pagamento? Por que questionará agora,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

se não há convênio? Só estou fazendo questionamentos. Espero que a Secretaria de Educação nos dê as respostas. Se não havia previsão orçamentária, por que não se encaminhou uma suplementação orçamentária para esta Casa? Eu já votei pelo menos umas vinte suplementações orçamentárias de coisas que não estavam previstas. Na última, nós votamos 50 milhões de reais para pagar o subsídio do transporte público. O empresariado do transporte público merece – um sistema que está sendo investigado por esta Casa numa CPI –, e o estudante da escola pública não merece? O que é prioridade: é pagar o subsídio do transporte público ou permitir que estudantes tenham acesso igualitário à universidade?

Essa é uma série de questionamentos. Por fim, eu pergunto por que o estudante tem sempre que ser o prejudicado? Por que nós estamos na pátria educadora e, a cada dia que passa, precarizamos ainda mais a escola pública, o acesso à escola pública e o acesso à universidade?

São questionamentos, senhores. Espero respostas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria da resposta ao pedido que foi apresentado a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estou analisando, Deputado. São dois pedidos de requerimento, não são? Eu só queria que V.Exa. repetisse quais são os requerimentos. (Pausa.)

São o Requerimento nº 670 e o Requerimento nº 928? Ok. Coloco os dois na Ordem do Dia.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os policiais que estão aqui na galeria, sejam muito bem-vindos a nossa Casa. É sempre muito bom ter essa galeria cheia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Sra. Presidente, nós, como sempre, vimos a esta tribuna para fazer críticas construtivas e ao mesmo tempo sugerir caminhos. Eu venho aqui hoje para falar do Centro Administrativo. Nós vemos, a todo momento, um programa de austeridade extremamente forte no Governo do Distrito Federal, agora com o enxugamento de secretarias, etc. Eu acho que é o momento – aliás, já passa do momento – de que seja ocupado o Centro Administrativo.

Eu estou vendo, de muitas instituições do governo, planos de construções de prédios, verdadeiras fortunas sendo gastas, enquanto temos um Centro Administrativo vazio, construído com toda a estrutura para receber todos os órgãos do Distrito Federal, do Poder Executivo, e, ao mesmo tempo, continuamos pagando aluguéis altíssimos. Aluguéis que, se tivéssemos condições de parar de pagá-los, teríamos condições de economizar um bom dinheiro para o caixa do GDF que, realmente, passa por momentos muito difíceis.

Eu vejo que é o momento, inclusive, de puxarmos uma discussão para dentro desta Casa, e estou pedindo uma audiência pública sobre esse modelo e esse processo de ocupação e gestão do Centro Administrativo, porque realmente é uma situação, no mínimo, inusitada. O Tribunal de Contas questiona um processo, há um valor de 17 milhões a ser depositado mensalmente, e uma hora alguém vai ter que pagar isso, não vai ficar simplesmente sem pagar. Ao mesmo tempo, continuamos pagando aluguel em todos os próprios que estão sendo alugados aqui no Distrito Federal, e muitos deles em prédios muito caros, com aquele espaço todo parado.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a todos os companheiros e ao Governo do Distrito Federal, de cuja Base faço parte, é bom que se diga isso, para que tomem uma atitude; o Secretário de Articulação está aqui. Realmente, que se trabalhe para que os órgãos ocupem o Centro Administrativo, porque, se não há essa decisão, todos procuram alternativas.

Estou falando especificamente agora de um projeto para o Parque Burle Marx, em que o Ibram está projetando para construir um prédio de 60 milhões de reais lá dentro dele, dentro do parque, tendo o Centro Administrativo todo desocupado. Se 60 milhões não fossem muito dinheiro, ocupar um prédio em um parque também não é muito legal.

Então, para que isso não aconteça ou para que outras instituições, entendendo que não é para esse mandato a mudança para o Centro Administrativo... Porque fica parecendo isso. Que o governo tome uma atitude clara, demonstre e prove para todos, inclusive para os seus órgãos, que o Centro Administrativo é uma realidade, que o Centro Administrativo é para ser ocupado, que o Centro Administrativo é para parar de pagar o aluguel da maioria dos órgãos que estão aqui. Efetivamente, o governo tem um fluxo de caixa, entradas e saídas, não dá para gastar mais do que entra. Isso precisa estar na cabeça de todos que fazem parte dele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, policiais civis presentes aqui na Casa, quero dizer a vocês que sou solidário com o movimento que estão fazendo, vocês têm todo o apoio do nosso mandato. Sabemos que o efetivo da Polícia Civil está muito pequeno e, sem essa isonomia, que foi inclusive prometida pelo Governo do Distrito Federal, com a Polícia Federal, fica ainda mais difícil o trabalho de vocês. Então, vocês precisam estar estimulados, com salário digno, são pais de família. Portanto, solidarizo-me com vocês, podem contar com o nosso apoio. (Palmas.)

Quero dizer, também, que, mais uma vez, a gente vem aqui falar sobre a saúde pública do Distrito Federal e lamentar, profundamente... E eu já percebi isso quando convocamos, aqui nesta Casa, o ex-Secretário de Saúde João Batista. Inclusive, muitos Deputados falaram comigo: "Não, rapaz, não faz isso, o cara está lá trabalhando, tentando resolver as questões da saúde". Mas nós fizemos certo, porque ele veio a esta Casa e não disse coisa com coisa. Não disse como iria resolver, qual era o planejamento, qual proposta o GDF tem para resolver a situação da nossa saúde, que cada vez mais se complica.

E agora são as UPAs que estão sendo ameaçadas justamente por falta de planejamento. Esperam acabar os contratos para depois o Secretário ir lá nas UPAs de Sobradinho, de Ceilândia e dizer: "Olha, se não tiver jeito, vai ter que fechar mesmo". E a população como é que fica? Saúde é um direito constitucional da nossa população. Saúde é cidadania, saúde são direitos humanos. Desde quando assumi a Comissão de Direitos Humanos aqui desta Casa, eu venho acompanhando o verdadeiro caos e a verdadeira situação triste em que se encontra a saúde de nossa cidade.

Portanto, mais do que nunca, precisamos convocar de novo o novo Secretário Fábio Gondim para vir a esta Casa. Houve a troca de secretário, mas me parece que a política é a mesma, ou seja, não há política. Vão esperando as coisas acontecerem e vão correndo atrás. "Ah, não tem dinheiro, fecha as UPAs". "Ah, não tem dinheiro, não compra os remédios". "Ah, não tem dinheiro, não convoca os concursados". Então, é muito fácil governar assim. "Ah, não tem dinheiro, eu não faço". "Não tem dinheiro, não remunero os policiais civis. Deixa-os lá". "Não tem dinheiro, eu não resolvo o problema do transporte". "Não tem dinheiro, não resolvo o problema da saúde". Então, para que pegou o governo? Pegou o governo para quê?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Esta Casa tem que ter responsabilidade. Nós temos que tratar as coisas aqui com mais responsabilidade. E eu protocolei aqui... Nós protocolamos aqui, inclusive, antes de o ex-Secretário João Batista sair da Secretaria de Saúde, um pedido de uma comissão especial para esta Casa acompanhar o que vai ser feito da nossa saúde. Uma comissão especial. Todos os blocos indicaram Deputados. Eram cinco Deputados que faziam parte dessa comissão que propusemos. Foi aprovada aqui, mas, infelizmente, a gente não elegeu essa comissão. A comissão, se não me engano, era eu, enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado Prof. Reginaldo Veras, da Comissão de Saúde; o Deputado Rodrigo Delmasso, pelo bloco dele; o Deputado Juarezão, pelo bloco dele também – o Deputado Juarezão é da área da saúde –; e, se não me engano, o Deputado Wellington Luiz. Portanto, nós já tínhamos os nomes. Mas aí, esta Casa, em função da troca do secretário, resolveu não fazer a votação nem aprovar a comissão.

Portanto, acho que está na hora, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de aprovarmos essa comissão, acompanharmos, chamarmos o Secretário. Ele tem que dizer qual é a política pública. Vai privatizar a saúde, vai trazer as OSS – Organizações Sociais de Saúde? Precisa dizer o que vai ser feito.

Nós queremos que as coisas deem certo nesta cidade em todas as áreas, seja na área de segurança, na área de transporte, na área de educação, na área de saúde. Nós queremos que esse governo dê certo. Agora, o governo precisa dialogar com esta Casa. O governo precisa entender que fomos eleitos para representar nossa população e trabalhar por ela. Portanto, está faltando diálogo, está faltando o Secretário chegar aqui e se antecipar, dizer: “A política é essa. A política da educação é essa. A política de segurança é essa”. Não falam nada. Só falam assim: “Não tem dinheiro e tem que fechar”.

Então, já que o Deputado Rodrigo Delmasso propôs que essa pauta da comissão fosse retomada, podíamos aproveitar e elegermos essa comissão para acompanhar, por 180 dias, se não me engano, toda a ação do governo voltada à saúde pública do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nobres pares, apenas para ratificar, corroborar o que a gente já colocou aqui, que é o nosso total apoio ao movimento da Polícia Civil do Distrito Federal, patrocinado pelo SINPOL – Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Eu quero, antes de tudo, elogiar a postura desta Casa no sentido de abrir um precedente para a entrada dos policiais civis aqui na galeria porque nós temos regras rígidas quanto à entrada de armas, mas uma categoria que já fez tanto pelo Distrito Federal, que colocou a segurança pública do Distrito Federal no patamar de melhor polícia do Brasil não poderia sofrer esse tipo de objeção, como também não pode, sendo a melhor polícia do Brasil, ser tratada de maneira secundária. A melhor polícia do Brasil tem que estar no topo do reconhecimento, das condições de trabalho, das condições salariais, das isonomias que foram conquistadas. (Palmas.)

É nesse sentido que a gente vem ocupar a tribuna. É muito peculiar, é muito salutar, Deputada Celina Leão, que no meu primeiro pronunciamento numa sessão ordinária eu tenha a oportunidade de prestar aqui a minha solidariedade, o meu comprometimento e, acima de tudo, colocar o mandato à disposição para que a gente possa achar uma saída para que a Polícia Civil não seja menosprezada. Assim não pode ser.

Ela precisa ter respeitada sua isonomia. Precisa que a gente traga e nomeie imediatamente os policiais que estão prontos para serem nomeados. Temos que encontrar isso. Não é possível um plantão de delegacia trabalhar com dois, três policias, ou até menos – a gente já tem notícia disso. É um estresse muito grande, um risco muito grande para o policial e para a sociedade. Então, essas ações têm que ser feitas. A gente também está se inteirando desses detalhes de recursos.

O que é importante é esta Casa – como sempre fez – hipotecar o seu total apoio à categoria. Nós não podemos deixar, volto a dizer, que a qualidade da melhor polícia do Brasil em termos humanos seja suplantada, tenha suas conquistas rebaixadas. Nós não vamos permitir isso. Contem comigo, e nós vamos, sim, trabalhar para que se resolva em breve essa situação.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só quero também me solidarizar com os agentes da Polícia Civil do Distrito Federal e dizer que eles também podem contar com o nosso mandato nessa luta para equiparação que eles têm colocado. Uma polícia que tão bem exerce suas atividades e, acima de tudo, é um exemplo para o Brasil – a melhor polícia do Brasil –, precisa ser tratada como a melhor polícia do Brasil.

Obrigado, Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu fiz uma colocação no meu horário de tribuna que eu gostaria de reforçar, com a anuência de V.Exa., na qualidade de Presidente.

Fiz este requerimento na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Ao fazer essa discussão da greve da Polícia Civil do Distrito Federal, esta Casa tem que conhecer a proposta que o governo pretende enviar para o Ministério do Planejamento no que diz respeito à previsão orçamentária do ano que vem. Naturalmente, isso não significa que qualquer negociação que tenha impacto no Orçamento deste ano esteja no fundo e necessite de eventuais remanejamentos, mas que essa discussão não ultrapasse a data prevista no encaminhamento dessas respostas ao Governo Federal, porque eles preparam a proposta orçamentária e a enviam para o Congresso Nacional, que a aprova antes do encerramento desse ano e conseqüentemente a sanciona para o novo orçamento.

Eu insisto nesse debate porque considero tanto a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças como a Mesa Diretora e o Colégio de Líderes um fórum adequado para receber essas informações do Governo do Distrito Federal.

Então, peço a V.Exa. que sensibilize a assessoria desta Casa, sobretudo a da CEOF, porque esse assunto é fundamental para que nós possamos fazer um debate mais qualificado nessa temática da isonomia dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal com os servidores da Polícia Federal.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure. Eu quero agradecer a presença de todos que vieram à Câmara Legislativa. Eu sei que vocês saíram de uma audiência calorosa e sem acordo ainda, sem serem recebidos pelo Governo do Distrito Federal, mas esta Casa recebe vocês de portas abertas.

Amanhã, faremos uma reunião aqui, às 14h30min. Estou convocando novamente o Colégio de Líderes para recebê-los. Prontamente todos os Líderes aqui, eu acho que num gesto de muita grandeza, excepcionando até nosso Regimento Interno, mostrou que esta Casa está antenada principalmente com a vontade da população e com a segurança pública do Distrito Federal.

No mais, eu quero agradecer novamente. Vamos falar com o Gaúcho assim que encerrarmos o plenário. Nós vamos receber o Presidente do sindicato de vocês. Mas a luta continua, porque a gente sabe que toda vitória tem luta. (Palmas.)

Eu quero só retificar algo aqui. Comunicado da Presidência:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

“Esta Presidência retifica o resultado da votação nominal, em turno único, do PDL nº 6, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel. O PDL foi aprovado na sessão do dia 27 de agosto de 2015 com 18 votos favoráveis e 6 ausências. Retifico ainda o resultado da votação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 80, de 2014, proferido na 71ª sessão ordinária, de 26 de agosto de 2015. A proposição foi aprovada com 18 votos favoráveis e 6 ausências, não havendo abstenção.”

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não há *quorum* para deliberação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, caso se alcance o *quorum*, eu peço a V.Exa. a inclusão na pauta do Requerimento nº 929, de 2015, que trata do convite dirigido à Secretária de Planejamento e ao Secretário de Fazenda. Eu estava convocando-os, mas, tendo em vista o Secretário Marcos Dantas e o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, terem me procurado e assegurado a vinda deles, eu vou dar essa chance para que eles venham. Nós estamos exatamente programando para o dia 15, às 10h da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Nós não temos *quorum* hoje para deliberar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não tendo, já peço a V.Exa. que o inclua na pauta de amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Inclusive, eu vou já comunicar à Casa também que eu não estarei aqui amanhã, provavelmente às 15h, porque eu terei uma reunião muito importante na Câmara dos Deputados. Lá, amanhã, haverá a leitura do relatório de uma comissão especial da Câmara que analisou o piso nacional dos vigilantes, bem como o estatuto da segurança privada no Brasil, e eu não poderei me afastar em hipótese nenhuma da leitura desse relatório amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Mas eu tenho certeza de que o Deputado Wasny de Roure irá representar com grandeza o Bloco do PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ah, sem dúvida. Inclusive, já estava indicado a comparecer na reunião dos policiais civis, às 14h30min, amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Agradeço a presença de todos os Parlamentares.

Está encerrada a presente sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   09   2015	15h15min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

(Levanta-se a sessão às 18h18min.)